Resistência ao extrativismo de mulheres defensoras de territórios na América Latina

Na América Latina, as mulheres sempre fizeram parte das lutas históricas em defesa do território e do meio ambiente. Por meio de ações de mobilização e de práticas cotidianas, elas resistiram ao extrativismo e a todas as formas de violência contra si.

Na América Latina, as mulheres sempre fizeram parte das lutas históricas em defesa do território e do meio ambiente. Por meio de ações de mobilização e de práticas cotidianas, elas resistiram ao extrativismo de larga escala e a todas as formas de violência contra si. **Além de estar à frente, literalmente “colocando seus corpos” para impedir a destruição de seus territórios, elas propuseram visões críticas sobre o caráter patriarcal e racista do extrativismo.** A partir da afirmação feminista de que “o pessoal é político”, **questionaram as práticas sexistas dentro dos movimentos sociais, transgrediram estereótipos e papéis de gênero, e criaram espaços autônomos baseados na solidariedade e no cuidado coletivo.** A seguir, compartilharemos algumas reflexões sobre suas lutas, repassando brevemente o atual contexto do modelo extrativista na região e seus impactos específicos sobre a vida das mulheres.

O extrativismo industrial é um modelo econômico e político baseado na mercantilização e na exploração desenfreada da natureza, que vem se aprofundando desde os anos 1990 na América Latina. Esse modelo causa danos irreversíveis, poluindo o ar, o solo e as fontes de água, e gerando grandes perdas de biodiversidade. Além disso, agride os direitos humanos e coletivos das comunidades afetadas e destrói seus modos de vida e suas economias tradicionais, tornando-as dependentes de mercados externos.

O extrativismo de larga escala, em suas várias formas, opera por meio de saque e usurpação, baseado no racismo estrutural que se manifesta na tomada de territórios ancestrais, na negação das práticas culturais e dos modos de cuidar da natureza dos povos nativos, afrodescendentes e os chamados *raizales*.

Como funciona o extrativismo na América Latina?

Na América Latina e no Caribe, o caráter usurpador e violento do modelo extrativista fica claro em seus impactos negativos e nas diferentes estratégias usadas pelas empresas para se impor nos territórios, em conluio com os governos dos países onde a exploração acontece e, em muitas ocasiões, com seus próprios países de origem.

A cumplicidade entre empresas, Estados e, em muitos casos, grupos armados que operam à margem da lei e outros poderes nas sombras se expressa em diferentes níveis e etapas dos conflitos socioambientais: a) nas leis e políticas favoráveis à entrada de investimentos e empresas nos países, b) na violação do direito à consulta prévia, livre e informada e, em geral, à participação cidadã, que permite a instalação dos projetos apesar de haver oposição, c) na blindagem das instalações das empresas através da **militarização** dos territórios e da ação articulada com grupos armados e do crime organizado, e d) na atuação de juízes e procuradores que negam a

responsabilidade das empresas, permitindo que impere a impunidade.

Atualmente, a América Latina continua sendo a região mais perigosa para defender o território: **60% dos assassinatos de pessoas que defendem a terra e o meio ambiente no mundo ocorreram naquela região**. Os países com as cifras mais elevadas são Brasil, Colômbia, Honduras, Guatemala, Peru e Nicarágua, segundo o relatório mais recente da organização Global Witness. (2)

A criminalização é uma das principais estratégias de empresas e Estados para impedir a resistência contra os megaprojetos extrativistas. Ela ocorre através da estigmatização da dissidência e de sua difamação na mídia ou em discursos de autoridades públicas, da repressão aos protestos sociais e da judicialização ou de processos criminais contra defensores dos direitos humanos. Isso confirma os dois pesos e duas medidas usados pela justiça: enquanto as empresas gozam de segurança jurídica e blindagem para prevalecer nos territórios, quem luta para defender os territórios sofre perseguição e tem que enfrentar penas elevadas.

Como isso afeta especificamente a vida das mulheres?

O extrativismo se baseia na cultura patriarcal e a exacerba, afetando de maneira particular a vida das mulheres. Como argumentaram algumas teóricas feministas e defensoras da terra, existem paralelos culturais, históricos e simbólicos entre a exploração e o controle sobre os corpos das mulheres e a natureza. Em contextos de exploração de minérios e petróleo e de instalação de hidrelétricas, por exemplo, há uma “masculinização” dos territórios (3), na qual espaços comunitários e a vida cotidiana são reconfigurados em torno dos desejos e valores de uma masculinidade hegemônica.

As defensoras da terra e dos direitos das mulheres denunciam que as práticas de pilhagem e a poluição dos territórios se expressam simultaneamente ao recrudescimento da violência patriarcal contra mulheres e meninas e à exacerbação das desigualdades de gênero. Isso ocorre em todas as esferas das vidas delas e se expressa em: a) aumento da carga de trabalho de cuidado que recai sobre as mulheres, b) perda de autonomia econômica e soberania alimentar, c) aumento da violência psicológica, física, econômica, patrimonial e sexual nos contextos familiar e comunitário, d) efeitos sobre a saúde física, emocional e reprodutiva devido ao contato com o ar, o solo e a água poluída, e) discriminação por gênero e violação do direito à participação cidadã e em processos de consulta livre, prévia e informada (4), f) aumento da exploração sexual dos corpos de mulheres e meninas, e g) perda de identidade cultural e enfraquecimento de papéis comunitários e ancestrais das mulheres.

Violência contra as defensoras do território

A vulnerabilidade específica e os múltiplos ataques sofridos pelas defensoras dos territórios se somam à violência vivenciada historicamente pelas mulheres no marco de uma sociedade moldada por injustiças de gênero, raça e classe. **Ao contrário de seus companheiros homens, as defensoras estão expostas a uma variedade maior de violências, principalmente a sexual**. Além de enfrentar ataques de agentes empresariais e do Estado, as defensoras sofrem múltiplas violências cotidianamente, por parte de suas famílias e comunidades e, em muitas ocasiões, dentro de suas organizações e movimentos sociais mistos.

Além dos processos criminais, **um dos ataques mais comuns que as defensoras enfrentam é a difamação, com campanhas de acusações e desprestígio, tanto em contextos comunitários quanto por meio de redes sociais**. Lá elas são chamadas de “más mães”, “más esposas”,

“traidoras”, e são acusadas por se manifestar, por quem afirma que o fazem “para procurar homem”. (5) A criminalização que as mulheres enfrentam se expressa com muito mais força contra as defensoras indígenas, afrodescendentes e *raizales*, principalmente em países como Guatemala, Chile, Argentina, Honduras, Peru e Equador.

Embora o número de mulheres assassinadas seja inferior ao dos seus companheiros homens, é fundamental observar que os casos de assassinato ou de “feminicídios territoriais”, como chamam algumas defensoras feministas da Guatemala, (6) são apresentados e investigados de forma diferente. **A falta de reconhecimento do trabalho das defensoras e a parcialidade dos operadores do direito que aplicam preconceitos misóginos e racistas fazem com que esses casos sejam entendidos como “crimes passionais”, fora do contexto da resistência que elas lideravam, ou mesmo sejam apresentados como suicídios**, reproduzindo a impunidade como regra. (7)

Portanto, a violência não termina com a eliminação da existência física das defensoras: a maneira como as investigações são conduzidas ou sua total inexistência revitimizam e culpabilizam essas mulheres, impedindo que haja justiça e reparação para elas e suas famílias.

As diferentes violências também geram impactos diferenciados na vida das defensoras. Prejuízos à sua saúde física, emocional e espiritual, que vão desde distúrbios do sono, perda de peso, sensação permanente de medo, depressão e até doenças graves como o câncer. Quando elas sofrem criminalização e estigmatização, suas condições econômicas se tornam precárias e, em muitos casos, elas são isoladas em suas próprias comunidades e famílias. No coletivo, essas agressões fragilizam suas organizações, generalizam o medo em suas companheiras e, algumas vezes, resultam na desarticulação ou na estagnação de suas lutas.

Propostas das mulheres latino-americanas para a defesa do território e a eliminação da violência contra elas

Como parte de seu trabalho de cuidado e proteção do ambiente e da natureza, as mulheres desenvolvem diversas ações que já permitiram o fortalecimento de suas reivindicações e perspectivas específicas e, em diversas ocasiões, **elas conseguiram conter ou paralisar temporariamente empreendimentos extrativos que ameaçam seus territórios. Também geraram transformações significativas no plano pessoal e no coletivo**, construindo novas práticas voltadas a formas de proteção e segurança integral.

Alguns de seus repertórios de ação são: a) criação de espaços de articulação e troca de experiências de defesa em nível nacional e regional e a construção de redes regionais para contribuir com a visibilidade, o apoio e o fortalecimento dos nós de resistência locais; b) mobilização e ações concretas para impedir o avanço das atividades extrativas e para recuperar a terra: “plantões”, marchas, acampamentos permanentes para bloquear instalações de empresas; c) ações voltadas a ativar mecanismos de proteção nacionais e internacionais e processos de defesa de causas perante autoridades locais e nacionais e organismos internacionais de direitos humanos; d) documentação e denúncia de agressões e criminalização das defensoras, e construção de estratégias comunicativas para visibilizar as suas lutas; e) promoção de consultas populares para que as comunidades autônomas expressem sua vontade diante de decisões e atividades que afetam o seu entorno, e exigência de consultas prévias em conformidade com as normas internacionais; f) práticas cotidianas de resistência relativas à soberania alimentar – preservação de sementes nativas e seus usos tradicionais, práticas agroecológicas – e a economia popular, feminista e solidária, e g) práticas e reflexões sobre o cuidado de si e o cuidado mútuo, incluindo a cura pessoal e a coletiva.

Uma das principais contribuições das lutas de mulheres e feministas pela defesa da terra e dos bens comuns tem sido insistir na conexão entre corpos e territórios. **As feministas comunitárias guatemaltecas propuseram a categoria *território corpo-terra* para destacar que a luta para defender a terra contra o extrativismo deve ser simultânea e inseparável da luta para que, nos territórios, as mulheres possam ter uma vida livre de violências e da exploração de seus corpos.**

A partir de suas experiências de defesa do território, as mulheres criaram apostas de transformação que tomam por base o cuidado da vida em suas múltiplas manifestações e, cada vez com mais força, integram o cuidar da terra, de si e do coletivo como elementos indispensáveis em seu militância. Essa visão integral do cuidado se reflete na forma como algumas organizações de mulheres e de povos indígenas concebem o ato de proteger: **a proteção das defensoras dos direitos humanos e da natureza está necessariamente entretecida à proteção dos territórios.** Nesse sentido, as organizações propõem medidas e práticas de proteção que reflitam a espiritualidade indígena, afrodescendente e *raíza*. Nesse contexto, **a cura vai ganhando cada vez mais importância:** a partir do diálogo de saberes entre povos, contextos e gerações, da reivindicação da memória dos ancestrais, **as defensoras curam não só os efeitos dos ataques que sofreram por sua luta, mas também feridas profundas das violências estruturais contra as mulheres.**

Laura María Carvajal Echeverry,
Coordenadora do Programa Mulheres e Territórios do Fundo de Ação Urgente para a América Latina e o Caribe (8)

(1) Este artigo é baseado em nossa publicação "[Extractivismo en América Latina. Impacto en la vida de las mujeres y propuestas de defensa de territorio](#)".

(2) GLOBAL WITNESS, 2018. [¿A qué precio?: Negocios irresponsables y el asesinato de personas defensoras de la tierra y del medio ambiente en 2017](#).

(3) Ver: CABNAL, Lorena. Sin ser consultadas: la mercantilización de nuestro territorio cuerpo-tierra. Em: Mujeres Defendiendo el Territorio. Experiencias de participación en América Latina. Fondo de Acción Urgente de América Latina y el Caribe, 2015, https://issuu.com/fondodeaccionurgente-al/docs/territorio_esp; e GARCÍA TORRES, Miriam. [El feminismo reactiva la lucha contra el 'extractivismo' en América Latina](#). Publicado em La Marea, 17/02/2014, e em Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de los Derechos Sociales y Ambientales, 17/02/2014.

(4) Sobre uma perspectiva ampla acerca das barreiras à participação efetiva das mulheres em questões ambientais e suas experiências em diferentes países com relação a consultas populares, comunitárias e autônomas, veja nossa publicação coletiva com as defensoras de Argentina, Guatemala, Bolívia e Equador: [Mujeres defendiendo el territorio: experiencias de participación en América Latina](#), 2015.

(5) Para uma visão geral ampliada sobre a criminalização e os ataques contra as defensoras do território, veja o nosso [Relatório Regional sobre as modalidades de criminalização e limitações à participação efetiva das mulheres defensoras dos direitos ambientais, dos territórios e da natureza nas Américas](#).

(6) Essa categoria foi promovida pelas defensoras do território, entre elas, a Red de Sanadoras del Feminismo Comunitario de Guatemala.

(7) Para um panorama ampliado sobre a impunidade, veja o nosso [Relatório Regional Impunidad de las violencias contra mujeres defensoras de los territorios, los bienes comunes y la naturaleza en América Latina](#), 2018.

(8) O Fundo de Ação Urgente para a América Latina e o Caribe Espanhol é um fundo feminista regional que contribui para a sustentabilidade e o fortalecimento das ativistas e seus movimentos,

com apoios ágeis e estratégicos em situações de risco e oportunidade. Apoiamos as resistências, as lutas e as reivindicações das defensoras dos direitos humanos e dos territórios na transformação de sistemas de injustiça e desigualdade, colocando no centro a proteção integral feminista e o cuidado. [Para mais informações, veja o nosso site.](#)